



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências**

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

Comunidades terapêuticas e população em situação de rua

Fernanda Dalavale Tozatto¹

A internação psiquiátrica de pessoas em situação de rua está historicamente associada às práticas eugenistas e higienistas do final do século XIX e meados do século XX. Na atualidade, a história se repete de outras formas. Exemplo disto são as políticas estatais de limpeza dos centros urbanos através da gestão da circulação das pessoas em situação de rua a partir da segregação e manicomialização da vida. Os manicômios serviam de depósitos de gente considerada “desviante” e indesejada, lógica combatida com a promulgação da Lei nº10.216/2001, marco da Reforma Psiquiátrica brasileira, que inicia a substituição do modelo hospitalocêntrico por uma rede de cuidado em saúde mental pautada no cuidado em liberdade. Este resumo se propõe a apresentar as reflexões iniciais da pesquisa de mestrado da autora sobre o retorno da perversidade do manicômio com novas roupagens: as chamadas Comunidades Terapêuticas (CTs).

Na pesquisa, partimos da hipótese de que o cuidado integral em saúde das pessoas em situação de rua, no município de Paulínia/SP, cidade em que a pesquisadora trabalha, é inviabilizado pela ausência de Serviços de Acolhimento Institucional e/ou Casa de Passagem, ambos previstos na Política de Assistência Social. Acreditamos que esta lacuna na oferta de cuidado à população em situação de rua seja um dos fatores que têm levado estas pessoas a buscarem as Comunidades Terapêuticas para saírem da situação de rua, ou o que julgamos mais grave, os trabalhadores das Políticas de Assistência Social e da Saúde, por vezes, encaminham estes usuários para as CTs por não haver nenhum Serviço de Acolhimento de referência.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP. E-mail: ferdalavale@gmail.com

Alicerçadas sobre tripé disciplina-trabalho-espiritualidade, como demonstrou a pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) sobre o perfil das CTs brasileiras cadastradas na Federação Brasileira das Comunidades Terapêuticas - FEBRACT (IPEA, 2017), 82% destas CTs possuem viés religioso cristão, em sua maioria neopentecostais; tem a laborterapia como um dos pilares do “cuidado” e focam na disciplina dos sujeitos, que carregam o estigma de serem pessoas desregradas, necessitadas de uma conversão moral que será alcançada através da coerção e do enquadramento num ideário cristão.

Utilizar destes espaços como abrigo para população em situação de rua escancara o retorno de práticas higienistas que buscam isolar da sociedade pessoas que são tidas como indesejadas. Além disto, demonstra a falha da Política Pública que terceiriza o cuidado destas pessoas que deveria ser pautado no acesso aos direitos básicos como moradia, alimentação, saúde, lazer, entre outros, e busca justificar esta prática com a lógica de que é melhor estar numa CT do que nas ruas, simplificando um fenômeno de múltiplas determinações como é o da população em situação de rua.

Em tempos de ultraneoliberalismo, a vida das pessoas em situação de rua é gerenciada por dispositivos de exclusão, violência e desumanização. Não à toa são vítimas das CTs, locais com inúmeras denúncias de violação de direitos, trabalho forçado e imposição da religião. São pessoas a quem o Estado se dá o direito de não proteger e, quando surgem nos noticiários inúmeras denúncias de violência e até de morte nestes espaços, estas vidas não são passíveis de luto, suas mortes são naturalizadas e minimizadas, como observa Judith Butler (2015).

Sendo assim, entendemos que a utilização das Comunidades Terapêuticas como alternativa de acolhimento não é apenas uma lacuna assistencial, mas a reiteração de uma lógica manicomial que desumaniza e segrega.

Referências

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Perfil das comunidades terapêuticas brasileiras**. Brasília, DF: Ipea, mar. 2017. (Nota Técnica, n. 21, Diest).